

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
– modalidade à distância**

Claudete de Souza

**OS OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAIS COMO
FERRAMENTA DE GESTÃO – ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANOAS-
RS.**

**Porto Alegre
2015**

Claudete de Souza

**OS OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAIS COMO
FERRAMENTA DE GESTÃO – ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANOAS-
RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Dra. Cristina Amélia Carvalho

**Porto Alegre
2015**

Claudete de Souza

**OS OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAIS COMO
FERRAMENTA DE GESTÃO – ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANOAS-
RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Dra. Cristina Amélia Carvalho

Aprovado em 13 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Cristina Amélia Carvalho

Professor Dr. Ivan Antônio Pinheiro

Aos profissionais de Segurança Pública que
buscam melhorias nas Políticas Públicas
através da Gestão do Conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho de conclusão de curso é sempre um desafio. Neste período aprendi muito e levarei este aprendizado para a minha vida pessoal e profissional.

Para chegar até aqui, contei com a ajuda de pessoas especiais, que me apoiaram e me auxiliaram em momentos difíceis, às quais quero expressar minha gratidão.

Agradeço primeiramente a Deus, por estar comigo em toda a caminhada.

Aos meus pais, Reynaldo e Celentina, pela vida e por saber que a cada vitória alcançada estarão por trás dela.

A toda a minha família que sempre me apoiou em especial a minha querida irmã, Nilsa, que cumpriu com seu ofício especial neste momento de minha vida.

Ao meu esposo, Rogério, pelo apoio, carinho e compartilhamento de conhecimento nesta trajetória.

Ao meu filho amado, Leonardo, pela compreensão e paciência.

À Secretaria Municipal de Segurança de Canoas, pela ajuda, pela compreensão e pelo apoio dos funcionários envolvidos neste trabalho.

Agradeço, à minha orientadora, Dra. Cristina Amélia Carvalho e a tutora, Mestre Rosaria Lanzotti Moraes, pelo apoio, incentivo, ensino e dedicação durante este período. A ajuda foi definitiva para o término deste trabalho.

“O comprometimento e a perseverança da organização são impulsionados pelo desejo de modificar a vida das pessoas – quanto maior a mudança, maior o comprometimento”.

Hamel & Prahalalad

“Ser bom em ciência e no senso comum é ser capaz de inventar soluções”.

Rubem Alves

RESUMO

A crescente onda de violência nos municípios brasileiros, em especial nos centros urbanos, exige melhor resposta do aparato estatal, que tem o dever de prevenir e reprimir a violência urbana e exercer o controle da ordem social conforme o conteúdo da Carta Constitucional. Neste contexto, o Governo Federal, inaugura uma nova fase na história da segurança pública no Brasil, focado na implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), e com a criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Neste aspecto Azevedo (2007) aponta a necessidade de empenho dos governos municipais e da sociedade civil em programar políticas públicas locais de prevenção e controle da violência. Sendo assim, este estudo teve como objetivo verificar até que ponto o Observatório de Segurança Pública fornece suporte analítico para a tomada de decisões nas ações de segurança pública no município de Canoas. Como resultado, a pesquisa demonstrou, por meio de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, que o Observatório é considerado uma ferramenta de gestão e que fortalece a capacidade do município em planejar políticas públicas de segurança. Este estudo é importante para sensibilizar os gestores públicos municipais, para que se sintam comprometidos com as questões de segurança pública.

Palavras-chave: segurança pública, políticas públicas de segurança, gestão integrada, prevenção, Observatório de Segurança Pública.

ABSTRACT

The rising tide of violence in Brazilian cities, especially among urban centers, requires better response of the state apparatus, which has the duty to prevent and quell the urban violence and to exercise control of the social order as the contents of the Constitutional Charter predict. In this context, the Federal Government, inaugurates a new phase in the history of public security in Brazil, focused on the implementation of the Unified Public Security System (SUSP), and the creation of the National Program for Public Security with Citizenship (PRONASCI). In this aspect of Azevedo (2007) points out the necessity of diligence coming both from the municipal governments and the civil society. Thus, this study aimed to determine to what extent the Public Security Centre provides analytical support to decision making in public safety actions in Canoas. As a result, research demonstrated through a case study with a qualitative approach that the Observatory is considered a management tool and that it strengthens the municipal capacity to plan public security policies. This study is important to raise awareness among municipal administrators, so that they feel committed to public safety issues.

Keywords: public safety, public security policies, integrated management, prevention, public safety observatory.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF – Constituição Federal

CT – Câmaras Técnicas / Temáticas

GGI – Gabinete de Gestão Integrada

GGIM – Gabinete de Gestão Integrada Municipal

INFOSEG – Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública

MJ – Ministério da Justiça

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RS – Rio Grande do Sul

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SINESPJC – Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama Conceitual.....	31
Figura 2 - Desenho Institucional	38
Figura 3 - Ciclo de Gestão das Políticas de Segurança Cidadã.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA	17
1.1 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA	20
1.2 PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA.....	22
1.3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PRÁTICOS DA ATUAÇÃO MUNICIPAL NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA	24
1.4 GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA	26
1.4.1 Gabinete de Gestão Integrada Municipal	28
1.4.1.1 Fundamento Legal.....	29
1.5 OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	31
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
2.1 TIPO DE ESTUDO	34
2.2 COLETA DE DADOS	35
2.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	35
2.3.1 Análise documental	36
2.3.2 Análise de conteúdo	36
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
3.1 OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CANOAS – RS.....	37
3.2 CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA À GESTÃO DA SEGURANÇA.....	47
3.3 O DESEMPENHO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA JUNTO AO GGIM DE CANOAS.....	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	60
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	61
APÊNDICE C: ROTEIRO DA ENTREVISTA 01	62
APÊNDICE D: ROTEIRO DA ENTREVISTA 02	64

INTRODUÇÃO

A globalização e o progresso nas tecnologias, que abrangem as diversas sociedades contemporâneas, têm gerado implicações negativas, configuradas na repetição de desigualdades sociais e na falta de garantias sociais para grande parte da população. No início deste século, a civilização, não foi hábil em formar um pacto que ocasionasse melhorias sociais. A desigual repartição de bens sociais, a discriminação, o desrespeito às diferenças, a incerteza, a inversão de valores não são anomalias, mas constituintes do pensamento globalizado e do processo econômico atual (COSTA, 2005).

A vulnerabilidade social vivida pelos jovens de hoje no Brasil impõe aos gestores públicos uma análise às políticas públicas existentes.

Para Bauman (1998), os últimos 30 anos foram cruciais para a modificação nas características da sociedade ocidental. Antes, estar desempregado era a denominação daqueles sem trabalho e formava-se na exceção. Atualmente, os progressos econômicos já não apontam para o aumento dos empregos, mas a diminuição da força de trabalho e a flexibilidade das relações de trabalho são consideradas como parte de um processo (BAUMAN, 1998).

As mudanças são cada vez mais constantes e afetam a vida dos indivíduos na sociedade, na sua globalidade, essa é a atual tendência, e as pessoas terão que batalhar em busca de mais cultura. Ter cidadãos com um nível cultural mais elevado contribui para ter mais agentes capazes de decidir.

Falar em violência é desafiante, pois ela deixou de ser um ato circunstancial para transformar-se numa forma de ver e de viver no mundo contemporâneo. Para explicar a violência é importante compreender, primeiramente, as transformações sociais.

A crescente onda de violência nos municípios brasileiros, em especial nos centros urbanos, além do desemprego e da falta de qualificação necessária aos trabalhadores, promove desigualdades sociais, exigindo uma melhor resposta do

aparato estatal, que tem o dever de reprimir a violência urbana e exercer o controle da ordem social conforme o conteúdo da Carta Constitucional.

As ações de prevenção são orientadas para tratar o problema da violência primando por ações preventivas. Além disso, questões que “atravessam” os territórios – como a droga, principalmente o crack, os furtos e roubos de veículos, que causam na população a sensação de insegurança, por exemplo, serão tratadas de forma específica. Nesse sentido, este estudo busca subsídios para demonstrar uma estratégia de intensificação das ações nas comunidades que apresentem as mais altas taxas de violência e criminalidade no Município de Canoas, de modo a se produzir resultados de curto e médio prazo que, efetivamente, garantam a segurança da população.

Com o Observatório de Segurança Pública estruturado, buscou-se de forma moderna tratar a questão da segurança pública que é um bem democrático, legitimamente desejado por todos os cidadãos, sendo este um direito fundamental, previsto na Constituição Federal (CF) de 1988, cuja obrigação é do Estado e responsabilidade de cada um de nós. Nota-se que as comunidades desejam a presença plena do Estado nos três âmbitos, seja no federal, estadual ou municipal, contando com todos os serviços incipientes.

Neste contexto, o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, inaugura uma nova fase na história da segurança pública no Brasil, focado na implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). E posterior com a criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

O enfrentamento e prevenção da violência – papel desempenhado pelos Estados, em razão de sua obrigação constitucional – é particularmente inovadora e recente, tornando-se imprescindível a estruturação da Administração Municipal para discutir e construir uma identidade institucional para a implementação de uma política de segurança urbana no município. Fortalecer a compreensão do papel da segurança urbana municipal por parte da própria administração municipal e da comunidade inaugura uma nova concepção de segurança pública, qual seja, de promover segurança urbana, preventiva e comunitária, conforme as características de convivência social e local.

Uma das maiores preocupações, hoje, tem sido o crescimento do número de

jovens que vem fazendo uso de drogas, em especial o crack, transformando o entorno das escolas em alvos de cobiça para o tráfico e aliciamento de estudantes ao uso de drogas e prostituição.

Com a nova concepção das políticas públicas de segurança, o governo federal busca articular e integrar os órgãos públicos com a sociedade civil em ações permanentes de promoção de ambientes seguros como estratégia fundamental de prevenção à violência e à criminalidade, contribuindo para ampliar a qualidade de vida.

Os principais problemas enfrentados nas cidades têm sido o número elevado de ocorrências registradas e poucos recursos materiais, humanos e falta de estatísticas, que proporcione condições de planejamento estratégico específico para os problemas com maior incidência. Com a implantação do Gabinete de Gestão Integrada municipal, organismo criado com o propósito de integrar as forças policiais em todas as esferas de governo, para melhor atender aos anseios da comunidade, percebe-se mais um canal de comunicação direta e estreita, facilitando a articulação das medidas preventivas e acompanhamento de seu desenvolvimento. Para que ocorram as articulações são indispensáveis a análise da criminalidade realizada pelo Observatório de Segurança Pública, pois reúne um banco de dados e um espaço único as informações de evolução da violência e criminalidade dos municípios.

Nesta pesquisa pretende-se realizar um estudo de caso para avaliar a importância dos produtos fornecidos pelo Observatório de Segurança Pública do município de Canoas, RS. Desse modo, apresenta-se a questão de pesquisa: **até que ponto o Observatório de Segurança Pública fornece suporte analítico para a tomada de decisões nas ações de segurança pública no município de Canoas – RS?**

Para orientar e sustentar a questão de pesquisa, o objetivo geral deste estudo consiste em verificar até que ponto o Observatório de Segurança Pública fornece suporte analítico para a tomada de decisão nas ações de segurança pública no município de Canoas – RS.

E, os objetivos específicos:

- Descrever o Observatório de Segurança Pública de Canoas;

- Elencar e descrever os produtos das ações realizadas pelo Observatório de Segurança Pública;
- Descrever e caracterizar as ações políticas apoiadas pelo Observatório de Segurança Pública.

A metodologia utilizada neste estudo é a proposta por Vergara (1997), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins é descritiva, por descrever as variáveis envolvidas no estudo do projeto. E quanto aos meios: como forma de atingir os objetivos, será utilizado estudo de caso e também a bibliográfica.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foi realizado um estudo de caso, com enfoque na análise dos dados coletados a partir do material obtido nas entrevistas e da leitura exploratória e seletiva de documentos, com vistas à interpretação, a crítica, reflexões e comparações dos mesmos.

O estudo encontra-se estruturado em cinco capítulos, a contar da presente introdução. No capítulo dois aborda-se o conceito de políticas públicas de segurança, com foco na implementação do SUSP e da criação do PRONASCI, os Fundamentos Teóricos Práticos da Autuação Municipal no Campo da Segurança Pública, apresenta-se à forma de atuação dos municípios na prevenção e na redução dos índices da violência urbana. Na sequência está a descrição do que é o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), suas diretrizes e contribuições nas políticas de segurança pública, descrição e diretrizes do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), a fundamentação legal e as atribuições. Neste capítulo ainda, conceitua-se o que é o Observatório de Segurança Pública, sua estruturação e atribuições. No terceiro capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, desta maneira, “busca compreender a realidade a partir da descrição de significados, de opiniões já que parte da perspectiva do participante e não do pesquisador” (ZANELLA, 2009, p. 126). O quarto capítulo descreve o Observatório de Segurança Pública de Canoas-RS, sua criação, institucionalização, como ele se tornou uma política pública e a descrição das contribuições e desempenho do Observatório de Segurança Pública de Canoas – RS. Apresenta-se a análise dos resultados obtidos mediante a realização das entrevistas, sobre os produtos fornecidos pelo

Observatório de Segurança Pública e sua aplicabilidade nas políticas públicas de segurança no município de Canoas – RS. Por fim, as considerações finais e possíveis estratégias que possam motivar outros municípios a criarem seus Observatórios de Segurança Pública municipal.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

A preocupação com segurança vem dos primórdios da humanidade desde a era primitiva, passando pela era medieval e moderna até a contemporânea, diferenciando-se por quem ditava as normas ou ordenamento, os objetivos e quem executava.

Ramos (2007) sintetiza a segurança na era contemporânea da seguinte forma:

- normas do povo; pelo povo; para o povo (no sentido democrático);
- prioriza o cidadão e o bem comum (no sentido da defesa social);
- estrito exercício dos preceitos legais;
- tropas pagas especializadas com ajuda da comunidade;
- imposição da ordem coletiva e da defesa dos direitos constitucionais;
- salvaguarda do bem comum;
- jurisdição sobre o espaço público e sobre a ordem entre particulares. (p. 22).

A palavra segurança vem do latim “*securitas*”¹. Segundo Bueno (2007), a palavra segurança consiste na condição em que alguém está seguro; certo de alguma coisa; firme e confiante em algo ou alguém.

Diante desta conceituação, entende-se que a sociedade para se sentir segura deve estar sem medo, ter certeza, confiança, firmeza conforme previsto no caput do Art. 5º da Constituição Federal (CF), onde diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, que a sua garantia à inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, além dos demais direitos estão protegidos pelo Estado contra qualquer mal que possa vir a ameaçá-los inclusive do próprio Estado, quando da ação de seus representantes legais e até mesmo da sua omissão.

A segurança pública é um dever do Estado para com a sociedade, a qual tem este direito, porém não está isenta, pois também é responsável devendo se engajar, a fim de que ela seja alcançada e mantida, sendo tão importante que o legislador destinou um capítulo para o assunto na CF, onde em seu artigo 144 refere:

¹ significa – sem medo

Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Como se pode observar na citação, as forças policiais do país, das quais a polícia militar é um dos órgãos integrantes, tem o dever de garantir a segurança pública, a qual tem por objetivo ser preservada da ordem pública e a segurança das pessoas e do patrimônio, sendo a sua atuação de forma ostensiva, através do policiamento ostensivo fardado, visando prevenir e dissuadir o cometimento de ações que firam o ordenamento jurídico, mas também estando pronto a reprimir quando já ocorrido, tendo sido ressaltado por Teza (2003):

Manutenção da Ordem Pública: é o exercício dinâmico do Poder de Polícia, no campo da segurança pública, manifestado por **atuações predominantemente ostensivas**, visando prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública; p. 88 (grifo nosso)

Ainda, referente ao Art. 144, da CF para a segurança pública se concretizar se faz necessária a ordem pública, para a qual Teza (2003) apresenta a seguinte definição:

[...] conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de conveniência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo Poder de Polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum. p. 88.

Verifica-se que se faz necessário um ordenamento jurídico estabelecendo as normas de procedimento e comportamento, dos quais alguns são direitos, como se observou no Art. 5º da CF, mas também há necessidade de serem estabelecidos deveres que devem ser observados para que haja uma convivência harmoniosa e pacífica e a sociedade possa existir e realizar seus objetivos.

Vislumbrando uma sociedade ideal, onde todos os cidadãos fossem responsáveis, se fiscalizassem, não houvesse desvios de conduta não haveria necessidade de intervenção do Estado, porém infelizmente este ideal de sociedade se não é utópica está distante de ser alcançado, por isso conforme previsto na CF se faz necessário que o Estado, para garantir aos cidadãos os direitos e garantias constitucionais, organize e mantenha as forças policiais as quais devem agir dentro

dos parâmetros legais, mesmo com o uso legítimo da força sem arbitrariedade e abuso.

Ainda tendo como referência a CF, constata-se que no Art. 144 está descrito que a sociedade também é responsável pela segurança pública, ou seja, há necessidade da sociedade se engajar juntamente a órgãos de segurança buscando soluções em conjunto para evitar a ação dos delinquentes.

Em relação à responsabilidade da comunidade na execução da segurança pública, Ramos (2007) frisa que o “disque denúncia” é uma ferramenta da participação da comunidade que se mostrou como melhor e mais eficiente. Completou, ainda, dizendo que os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (ou de defesa social) são verdadeiras células de discussão da segurança em vários níveis da comunidade.

Neste contexto, percebe-se que não só o governo estadual é o responsável, em Segurança Pública e Violência, Miraglia (2006) enfatiza a necessidade e importância da participação do poder executivo municipal nas políticas de segurança pública:

Ainda que no texto da Constituição Federal Brasileira a responsabilidade pela segurança pública apareça como tarefa a ser compartilhada, sabemos que as políticas públicas na área da segurança foram, historicamente, objeto de ação, sobretudo, dos governos estaduais. Eleger o município como mais um também da percepção das potencialidades da ação do poder local nesse campo de atuação (p. 89).

Neste contexto, verifica-se que a comunidade e o município se enquadram dentro do que a autora preceitua, pois após a verificação do estado de insegurança que a sociedade se encontra, em conjunto, com a administração municipal, podem se engajar na busca de uma forma para melhorar a segurança no município.

Diante do exposto, pode-se dizer que existem duas modalidades de segurança. Para Samuel (2005) definiu da seguinte maneira:

Segurança objetiva – caracterizada através da presença do policiamento nas ruas e por sua agilidade quando acionado nos proporcionando maior tranquilidade e segurança a população.

Segurança subjetiva – existe principalmente para dar a sensação de segurança às pessoas (p. 20)

Claro que não se pode trabalhar em cima da sensação de segurança, pois a sensação ocorre naturalmente com a não incidência de delitos, pela capacidade de

resposta, ou seja, a comunidade deve ter a confiança que, quando necessário, a resposta virá rapidamente.

Diante das definições expostas e dos preceitos constitucionais em que a responsabilidade pela segurança pública aparece como tarefa a ser compartilhada, aborda-se no tópico seguinte, a criação de uma política pública de segurança, lançada pelo Governo Federal, o SUSP.

1.1 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Políticas públicas de segurança constituem-se em temas de grande relevância e destaque na atualidade. Neste contexto, o Governo Federal ao reconhecer a gravidade do problema da segurança pública no Brasil, inaugurou uma nova etapa na história da segurança pública brasileira, cujo foco principal de ação foi à implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Com foco na perspectiva de elaborar uma política pública de segurança unificada em âmbito nacional, objetivando ampliar a integração e articulação, de forma prática, das ações das polícias federais, estaduais e municipais, preservando assim, a autonomia das instituições envolvidas, o Governo Federal lançou em abril de 2003, o SUSP.

De acordo com o Relatório das atividades da SENASP, (2007), “todo o processo de reforma das polícias brasileiras se consubstancia pela implantação do Sistema Único de Segurança Pública”. Destaca também que:

Pautada no Programa de Segurança Pública para o Brasil, a SENASP estipulou que a implantação do SUSP seria realizada pela dedicação às ações convergentes em sete eixos estratégicos: gestão do conhecimento; reorganização institucional; formação e valorização profissional; prevenção; estruturação da perícia; controle externo e participação social; e programas de redução da violência. Todas as ações empreendidas pela SENASP nos últimos quatro anos (2003 a 2006) estão incluídas nesses eixos estratégicos (p. 13).

Com a implantação do programa de Segurança Pública para o Brasil, o Governo Federal, através da SENASP, propôs os eixos estratégicos, podendo ser

destacado como instrumento fundamental para a efetivação das referidas mudanças nas polícias brasileiras é a educação. Pois através dela é que teremos uma nova concepção de trabalhar na prevenção, como forma inovadora.

Santos et al, (2008), destacam que o SUSP, tem como objetivos:

- Prevenir, criar meios para que seja possível analisar a realidade de cada episódio, planejar estratégias, identificar quais os métodos e mecanismos que serão usados.
- Realizar sistemas de avaliação e monitoramento das ações, para garantir transparência e controle externo das ações de segurança.
- Integrar as ações das polícias nas três esferas do Poder Executivo.
- Criar nos Estados que aderirem ao programa, Gabinetes de Gestão Integrada, do qual fazem parte o Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e mais representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.
- Contar também com a cooperação ativa do Ministério Público e do Poder Judiciário.

De acordo com a CF (1988), a segurança pública é um bem democrático, legitimamente desejado por todos, sendo também um direito fundamental dos cidadãos, cuja obrigação constitucional é do Estado e responsabilidade de todos. Vale complementar que a sociedade deseja a presença plena do Estado em seus âmbitos, federal, estadual ou municipal, contando com todos os serviços elementares.

O Relatório das atividades da SENASP (2007) destaca:

Com a missão política de incorporar à segurança pública nacional um viés voltado para a segurança do cidadão, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) firmou, em 2003, um acordo de cooperação internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Pela primeira vez no Brasil, um organismo do Sistema ONU (Organização das Nações Unidas) tornou-se parceiro na área de segurança pública para a realização das políticas propostas pelo governo federal. O projeto, intitulado SEGURANÇA CIDADÃ (BRA 04/029), tem por objetivo promover e estimular práticas e políticas públicas de prevenção à criminalidade e à violência no Brasil, além de contribuir com outros países da América Latina e Caribe na consolidação do conceito de segurança pública com foco na segurança integral, preconizado pela ONU. O BRA 04/029 também visa facilitar à realização de ações e estratégias que se alinhem com as propostas do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), desenvolvendo uma nova forma de se pensar a segurança no país (p.14).

A obtenção de resultados neste sistema ocorre por meio de alguns benefícios vistos pela comunidade, pode-se citar: “Modernização no combate ao crime, implantação de gabinetes de segurança, a Força Nacional, a adequação dos portos

para o comércio marítimo,...”. Estes benefícios vêm ao encontro dos anseios dos cidadãos, que são os destinatários dos serviços de segurança pública.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) foi firmada como órgão central, incumbida pelo planejamento e execução das ações de segurança pública em todo território nacional, focada na implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Como órgão de âmbito nacional, a SENASP, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: apoiar a modernização do aparelho policial do País; ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública – INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Apesar de não ter a função de executar ações operacionais no controle da violência e criminalidade, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas organizações de segurança pública de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações. A avaliação dos resultados até aqui alcançados nestes últimos 3 anos nos permite concluir que estamos conseguindo cumprir nosso papel, encontrando soluções para os principais problemas na segurança pública brasileira. Os gestores das organizações de segurança pública em todas as Unidades da Federação passaram a se reunir regularmente para planejar e executar ações por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada. A gestão das ações de segurança pública no país passou a contar com o apoio de uma série histórica de informações estatísticas coletadas pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC (p. 6,7).

O Governo Federal, com firmeza de que está preparando um futuro melhor para a população em relação à segurança pública, apresentou a implantação do SUSP, pois entende que essa é uma condição para consolidar a democratização do sistema político brasileiro e a implantação de uma segurança cidadã, com a participação da sociedade.

1.2 PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA.

De acordo com o Ministério da Justiça,

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios. As ações levarão em conta as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Foi lançado em julho de 2007, pelo Ministério da Justiça.

O PRONASCI foi instituído pela Lei Federal nº. 11.530, de 24 de outubro de 2007, com um novo paradigma de segurança pública, pautado em duas grandes inovações:

1. Articulação entre ações de segurança e ações de natureza sociais e preventivas, atuando nas raízes socioculturais da violência e da criminalidade, por meio do fortalecimento dos laços comunitários e das parcerias com as famílias, sem abdicar das estratégias de ordenamento social e repressão qualificada;
2. Fomento de uma agenda federativa compartilhada, com o envolvimento de todos os entes, acrescentando, ao papel basilar dos estados, o Governo Federal, com indução de políticas e financiamento, e os municípios, com papel ativo nas ações de prevenção.

Esta inovação se traduziu na promoção de um plano de inclusão e fortalecimento da coesão social, através do empoderamento² das relações entre profissionais de segurança pública e sociedade civil e do ingresso a um Estado qualificado.

Cabe ressaltar que o PRONASCI foi criado no intuito de dar respostas inovadoras à problemática no campo da segurança pública. Na cartilha publicada pelo Ministério da Justiça, está destacado que:

De um lado, garantir direitos fundamentais aos cidadãos, no contexto de uma nova ordem mundial, cuja macrolegalidade incita os estados nacionais a renunciarem a elementos centrais de sua soberania e de seu ordenamento jurídico, gerando em todas as esferas um profundo sentimento de insegurança. De outro lado, como resposta a um contexto de tensão social do país, caracterizado pelo crescimento desestruturado das periferias das grandes cidades brasileiras e marcado por altos índices de criminalidade e violência, que atinge principalmente os mais jovens. Por fim, para superar um modelo ultrapassado de política de segurança pública, que tem como fundamento, quase que exclusivamente, uma atividade que se desenvolve após o cometimento do delito em lugar de desenvolver ações que evitem que o mesmo venha a acontecer (p.8).

Conforme conceituado, este programa foi instituído, objetivando garantir os direitos dos cidadãos pautados na CF de 1988, buscando através de iniciativas

² “capacidade do indivíduo realizar, por si mesmo, as mudanças necessárias para evoluir e se fortalecer”, Paulo Freire.

pioneiras a solução de problemas vivenciados na sociedade, ultrapassando os sistemas existentes de políticas de segurança pública, otimizando soluções por meio de ações conjuntas dos três entes federativos. Conforme a cartilha do MJ,

O PRONASCI vem exercitando, de forma significativa, esse pacto federativo envolvendo União e estados, além de incluir pioneiramente os municípios como protagonistas nas questões de segurança pública. Assim, os municípios emergiram com o propósito de desempenhar, entre outros, os seguintes papéis na luta contra a violência e a criminalidade:

1 – Atuar na promoção da cultura da paz, mediante a implantação de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e da criminalidade;

2 – Mobilizar toda a sociedade, fomentando práticas democráticas e participativas com o fim de produzir e disseminar a percepção de segurança na população.

3 – Priorizar a dimensão local, formulando pautas e ações conjuntas que atendam as realidades da cidade, uma vez que são nas localidades específicas onde o cidadão reside que o mesmo deve se perceber seguro (p. 11).

Neste contexto, dentro dessa nova perspectiva, os municípios desempenham fundamental papel na construção de políticas públicas modernas para enfrentar os desafios no campo da segurança pública.

Abordam-se no tópico seguinte, os fundamentos da atuação municipal no campo da segurança pública de forma inovadora, pois, o município tem a percepção das potencialidades da ação do poder local nesse campo de atuação.

1.3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PRÁTICOS DA ATUAÇÃO MUNICIPAL NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A atuação dos municípios na área da gestão de políticas públicas de segurança, contribui na redução do nível da violência e criminalidade nos centros urbanos, através da implementação de uma política integrada de segurança pública no âmbito municipal e da execução de programas de prevenção e controle da violência que geram oportunidades para a população jovem nestes territórios, diminuem os fatores de risco para a violência e melhoram a qualidade de vida da população tendo em vista a proteção dos seus direitos de cidadãos.

Fortalecer a capacidade institucional e organizativa do poder público municipal no que diz respeito à elaboração e implementação de uma política de

combate a violência e a criminalidade no âmbito local, integrada as demais políticas públicas municipais, representam uma conquista democrática e um novo desafio em fortalecer os espaços de controle social entre a sociedade e o poder público, no tocante as ações relacionadas à segurança pública.

Implementar programas de prevenção e controle do crime baseado na prevenção situacional, com foco nos territórios identificados, consubstanciadas em parâmetros científicos e fortalecer as instituições de segurança pública local.

Melhorar a eficiência e a eficácia na identificação, persecução e prevenção do delito através de melhor coleta, sistematização e análise da informação. Desta forma contribuindo à gestão do conhecimento por parte de gestores e técnicos no âmbito da segurança cidadã.

Ao enfatizar a questão da Segurança Pública, sabe-se que no Brasil a responsabilidade é predominantemente dos governos estaduais, através da atuação das polícias civil e militar, bem como do Poder Judiciário dos estados, Ministério Público e do sistema prisional, todos estruturados e gerenciados no âmbito estadual. Entretanto, o relatório de pesquisa apresentado por Azevedo (2007), relata que há um aumento no sentimento de insegurança, causado pelo crescimento da violência e da criminalidade. Esta problemática está associada com as dificuldades dos governos federal e estaduais para atenderem às demandas de segurança da população. Assim, outras formas de combater e prevenir as violências comecem a ser adotadas.

Diante desta problemática, Azevedo (2007) aponta a necessidade de empenho dos governos municipais e da sociedade civil em programar políticas públicas locais de prevenção e controle da violência.

A atuação dos governos municipais na área de segurança pública parte da demanda social por segurança, que solicita ações imediatas no combate à violência e à criminalidade e não diferencia a responsabilidade dos diferentes níveis de governo. É nos municípios que ocorrem situações/eventos envolvendo os cidadãos e, também, nesse âmbito que os governos têm contato mais próximo com a população. Neste contexto, pode-se pensar no município como um novo ator na área de segurança pública, principalmente em ações de prevenção da violência e criminalidade (AZEVEDO,2007, p. 11).

Cabe destacar a importância do empenho dos municípios em busca de solucionar esta sensação de insegurança vivida pela população, bem como

privilegiando a participação da comunidade. Cabe ao município contribuir das mais variadas formas, sejam na melhoria da iluminação das vias públicas, das praças, adequações das vilas irregulares, terrenos baldios, entre outras contribuições, integrando os serviços das diversas secretarias.

As experiências até agora existentes apostam em geral em ações de prevenção por meio de projetos que contemplem aspectos como: diagnóstico sobre a realidade local, plano de ação com prioridades estabelecidas, identificação de programas que sirvam de modelo, treinamento e aperfeiçoamento dos agentes envolvidos (guardas, polícias, organizações não governamentais,...), avaliações das ações e estratégias de comunicação das ações aos cidadãos. Como a tendência é a presença cada vez mais constante dos governos municipais no combate e prevenção à violência e criminalidade, surge a necessidade de acompanhar tais atuações, que podem trazer resultados efetivos sobre as taxas de violência, bem como na percepção pública sobre o problema (AZEVEDO,2007, p. 11).

Partindo da análise de Azevedo (2007), é possível afirmar que é imprescindível para a Administração Pública, empenhar-se no fortalecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada, para apoiar-se em uma gestão integrada com os demais órgãos de segurança pública.

1.4 GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA

De acordo com a SENASP, órgão responsável pela indução de políticas de segurança pública os Gabinetes de Gestão Integrada surgiram no contexto do SUSP.

O GGI é um fórum executivo e deliberativo, que tem como missão integrar sistemicamente os órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, priorizando o planejamento e a execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade. Visa, ainda, avançar em torno de um paradigma em segurança pública com enfoque em boas práticas de gestão por resultados (SOARES, 2009, p.12).

As diretrizes aprovadas pelo PRONASCI consistem em:

Criar, estruturar, implantar, compor, e fortalecer, democraticamente, Gabinetes de Gestão Integrada nos três níveis de governo, para: promover a atuação conjunta e coordenada dos organismos de segurança pública com entidades públicas e privadas, respeitando e acatando as diretrizes e deliberações dos conselhos de segurança pública (SOARES, 2009, p.342).

As instituições, responsáveis pela segurança pública, necessitam de sistemas integrados e inteligentes focados na melhoria dos serviços prestados à sociedade. Conforme relatado na Coletânea Nacional, não há possibilidade de construir um sistema de segurança pública eficiente sem compartilhar os conhecimentos e sem a cooperação entre as instituições. Os GGIs são espaços que congregam instituições diferentes em torno de um único objetivo: o bem da sociedade.

Destaca-se o trecho da Coletânea dos GGIs, que nos leva a uma reflexão:

Parafrazeando o gênio Albert Einstein: “Não há nada mais insano do que fazer todos os dias as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”. Lamentavelmente, o paradigma da segurança pública dos últimos 40 anos foi pautado por fazer mais do mesmo, além da fragmentação e reatividade das instituições, sem muita antecipação e planejamento e pouca visão preventiva (SOARES, 2009, p.12).

Diante do exposto e na tentativa de buscar resultados diferentes, o Governo Federal lançou o SUSP, objetivando avançar no sentido de articular políticas integradas de redução da violência e criminalidade. Em concordância com o SUSP, foi lançado o PRONASCI, com estratégias de repressão qualificada e políticas sociais, com foco nas questões centrais da prevenção, educação e acompanhamento de jovens e adolescentes.

Com o lançamento do PRONASCI, os municípios foram incentivados a constituir GGIMs, estes como fóruns deliberativos, compostos por representantes da sociedade civil, poder público das diversas esferas de governo e as diferentes forças de segurança pública, com atuação local.

De acordo com o programa nacional, os GGIs foram planejados para constituir uma rede nacional, nos níveis regional, estadual e municipal. A proposta é trabalhar com uma dinâmica funcional heterogênea. Para que esta nova forma de buscar soluções, nesta complexa área, é de conhecimento geral, que a transformação cultural exige um processo de adaptação e muita tolerância, visto que mais difícil do que pôr em prática, novas ideias, é a libertação do antigo senso comum, que conduziu, durante 40 anos contemporâneos, a falta de sucesso nas práticas na área de segurança pública.

Na busca de novas soluções em Segurança Pública o PRONASCI, direciona para um novo modelo de fazer segurança. Aponta para uma realidade objetiva pautada em demonstrar daqui a alguns anos uma redução nos índices de violência e

criminalidade nos locais em que a gestão integrada de segurança pública trabalhar de forma entusiasmada, utilizando-se dos recursos tecnológicos para a realização de análises, investindo em ações de prevenção.

Diante desta perspectiva, o Governo Federal incentiva todos os municípios brasileiros a se integrarem neste sistema de gestão, criando seus GGIMs, cumprindo com seu papel, conforme consolidado no SUSP, que contempla a participação de todos os entes federados, seja União, Estados e Municípios.

Cabe ressaltar também que a estrutura inicial dos GGIs, faz parte do PRONASCI, programa este definido como uma política pública, através de Lei Federal que o regulamenta.

1.4.1 Gabinete de Gestão Integrada Municipal

De acordo com o memorial descrito do GGIM, do Ministério da Justiça, consoante com o PRONASCI, para o seu funcionamento planejou em seis módulos, descritos a seguir:

- **Módulo I – Sala do Pleno GGIM**, instância superior e colegiada com funções de coordenação e deliberação.
- **Módulo II – Sala da Secretaria-Executiva**, responsável pela gestão e execução das deliberações do GGI-M e pela coordenação das ações preventivas do PRONASCI.
- **Módulo III – Observatório de Segurança Pública, com funções de organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas de informações e de monitorar a efetividade das ações de segurança pública no município.**
- **Módulo IV – Telecentros**, estrutura de formação, organizada através de ambientes que serão implantados ou desenvolvidos com o apoio do Ministério da Justiça
- **Módulo V – Sala de Situação**, para tratar de ações de prevenção intersetorial, com previsão de uma sala de crise, tele atendimento e central de videomonitoramento.
- **Módulo VI – Sistema de videomonitoramento**, insumo de uma política para a segurança pública e a prevenção intersetorial que engloba vários atores municipais tais como: Guarda Municipal, Defesa Civil, Trânsito, SAMU e outros órgãos, integrados, também, com os agentes de segurança pública do estado (Polícias Cíveis, Militares e Corpo de Bombeiros). p. 100, 101.

1.4.1.1 Fundamento Legal

O Governo Federal, ao lançar este programa, com o intuito de qualificar os municípios na gestão da segurança pública, financiou a criação de GGIM. Dessa forma, para o município solicitar este recurso, encontra amparo na Lei Federal nº. 11.530 de 24 de outubro de 2007 e na Medida provisória nº 416 de 23 de janeiro de 2008, que altera a Lei Federal nº. 11.530 de 24 de outubro de 2007:

“[...] Art. 6º Para aderir ao programa, o ente federado deverá aceitar as seguintes condições, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável e do pactuado no respectivo instrumento de cooperação”.

I – Criação de Gabinetes de Gestão Integrada.

De acordo com a coletânea do Ministério da Justiça, as atribuições gerais dos GGIs são:

- ✓ Tornar mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos que integram o GGI-M, a fim de apoiar os órgãos municipais em ações sociais preventivas e os órgãos de segurança pública nas ações de prevenção e repressão qualificada da violência e da criminalidade;
- ✓ Atuar em rede com outros Gabinetes de Gestão Integrada (municipais, estaduais, regionais);
- ✓ Propor ações integradas de fiscalização e segurança urbana, no nível municipal, e acompanhar sua implementação;
- ✓ Interagir com fóruns municipais e comunitários de segurança, objetivando construir uma política municipal preventiva de segurança pública;
- ✓ Sugerir políticas vinculadas ao plano municipal de segurança, interlocução com os planos estaduais e federais, observadas as peculiaridades locais;
- ✓ Garantir a representação do Ministério da Justiça para facilitar a comunicação, a articulação e o alcance dos objetivos;
- ✓ Fomentar o estabelecimento de uma rede municipal/estadual/nacional de intercâmbio de informações e experiências, que alimente um sistema de planejamento, com agendas de fóruns locais;
- ✓ Elaborar um planejamento estratégico das ações integradas a serem implementadas no município;
- ✓ Definir indicadores que possam medir a eficiência dos sistemas de segurança pública;
- ✓ Promover a atuação conjunta de forma sinérgica dos órgãos que integram o gabinete, visando à prevenção e controle da criminalidade;
- ✓ Identificar demandas e eleger prioridades, com base em diagnósticos definidos pelo Observatório de Segurança Pública;
- ✓ Fomentar a integração dos sistemas de inteligência e de estatística, com banco de dados de ações fiscais, preventivas, repressivas e institucionais interligado entre os órgãos de fiscalização, segurança pública e defesa social municipal, estadual e federal;
- ✓ Catalisar as informações produzidas e difundi-las;

- ✓ Desenvolver mecanismo de monitoramento e avaliação para facilitar a tomada de decisão;
- ✓ Contribuir para a reformulação e criação de leis e decretos municipais pertinentes aos assuntos de segurança pública e fiscalização de postura;
- ✓ Difundir a filosofia de gestão integrada em segurança pública;
- ✓ Articular de forma que torne mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos que atuam no município;
- ✓ Incentivar programas de prevenção;
- ✓ Promover a interlocução das agências de segurança pública para o planejamento e execução de ações integradas em situações emergenciais;
- ✓ Instituir Grupos Temáticos visando tratar temas específicos do município;
- ✓ Deliberar por consenso;
- ✓ Analisar, por intermédio do Observatório de Segurança Pública, informações oriundas dos diversos órgãos integrantes do GGI, para tomada de decisão;
- ✓ Reunir pelo menos uma vez ao mês com deliberações registradas em ata pela secretaria-executiva;
- ✓ Atuar de forma sistêmica e complementar às ações dos órgãos constituídos respeitando suas competências;
- ✓ Dar cumprimento às deliberações.

A secretaria-executiva do GGI será responsável pelo suporte administrativo, tendo como atribuições:

- ✓ Elaborar e acompanhar a pauta de trabalho do GGI;
- ✓ Preparar despacho e controlar expediente;
- ✓ Secretariar reuniões, lavrar as atas e promover medidas destinadas ao cumprimento das decisões;
- ✓ Orientar e controlar as atividades administrativas do GGI;
- ✓ Supervisionar e orientar as atividades de protocolo, arquivo e patrimônio do GGI;
- ✓ Executar o trabalho de digitação de correspondência do GGI;
- ✓ Receber e encaminhar documentação de interesse do GGI;
- ✓ Solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços administrativos do GGI;
- ✓ Encaminhar e controlar a publicação de atos oficiais;
- ✓ Executar as atividades de controle de pessoal, organizar e encaminhar as demandas de recursos físicos e humanos, para que o GGI constitua um ambiente de interlocução entre as agências de segurança pública;
- ✓ Coletar e sistematizar informações visando subsidiar as reuniões;
- ✓ Identificar temas prioritários para a segurança pública no município e propor a constituição de grupos de trabalho para analisar, propor estratégias e metodologias de monitoração dos resultados de ações relativas a estes temas específicos, visando subsidiar o GGI.

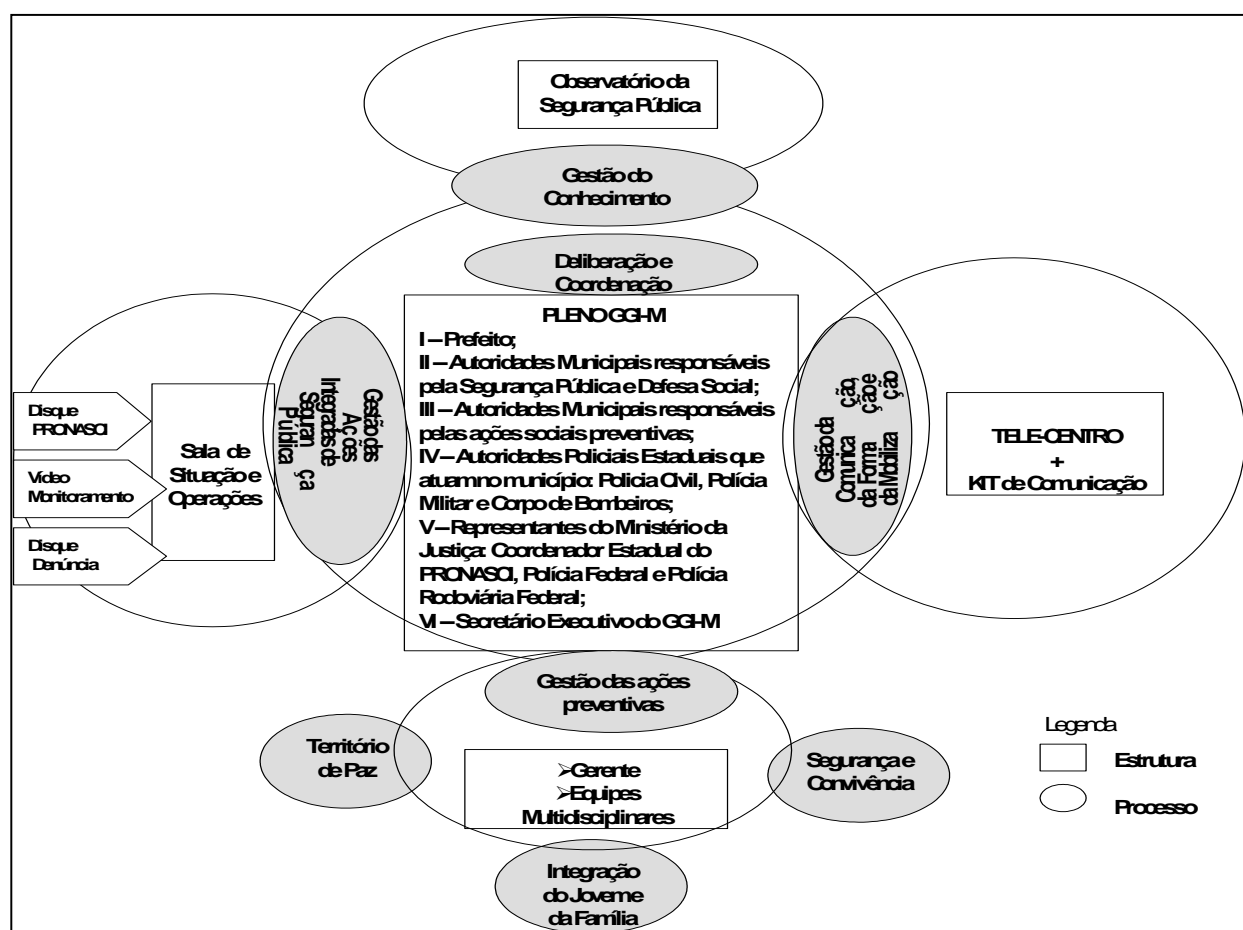
Cabe ressaltar que para o sucesso das ações realizadas pelo GGIM, se faz necessário a estruturação de um Observatório de Segurança Pública, capaz de identificar situações problemáticas, através de coleta e análise de dados.

1.5 OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Observatório de Segurança Pública foi criado para coletar e realizar análises sobre as violências e a criminalidade, bem como monitorar as ações realizadas dentro do município.

A seguir temos a figura 01, que representa o diagrama conceitual do funcionamento do Observatório e a gestão do conhecimento.

Figura 01 - Diagrama Conceitual



Fonte: Diagrama Conceitual elaborado pela Assessoria Especial para Assuntos Federativos do Ministério da Justiça, 2007

Destaca-se a relevância do Observatório de Segurança Pública, conforme ilustrado na figura, na gestão do conhecimento, na gestão das ações integradas de

segurança pública, na Gestão da comunicação, da formação e da mobilização e na Gestão das ações preventivas.

Segundo a coletânea nacional as atribuições do Observatório de Segurança Pública são as seguintes:

- ✓ Os Observatórios de Segurança Pública fazem parte da estrutura dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais e produzirão conhecimento para subsidiar os processos de tomada de decisão no ambiente dos GGIM;
- ✓ Parcerias com as universidades, que compõem a RENAESP e estiverem localizados nos municípios focados pelo PRONASCI, contribuindo na realização de suas atividades nos Centros Metropolitanos de Análise Criminal;
- ✓ Estruturar um sistema de gestão pautado na investigação científica dos problemas de segurança pública e orientado por resultados;
- ✓ Adoção de uma perspectiva epidemiológica, valorizando a intervenção em fatores de risco que elevam a chance de vitimização;
- ✓ Fomentar um modelo de gestão, tendo como princípios fundamentais: accountability, transparência e participação;
- ✓ Fomentar um modelo de gestão de desempenho centrado na avaliação do processo, produtos e resultados, tendo como parâmetros a eficácia, eficiência e efetividade;
- ✓ Valorização da perspectiva de gestão local das ações de segurança pública, pautando a focalização em termos de território, problema abordado e público-alvo;
- ✓ Elaborar propostas de intervenção baseadas na estruturação de alianças entre os órgãos de segurança pública e os órgãos governamentais de outras áreas, assim como a sociedade civil, preservando a cada um a atuação em sua área de competência essencial.
- ✓ O Observatório de Segurança Pública deverá priorizar a produção de conhecimento que subsidie a gestão em nível estratégico e nível tático (p.104 e 105).

De acordo com a cartilha do Ministério da Justiça que é idealizador desta política pública, o Observatório de Segurança Pública faz parte da estrutura do GGIM e é o órgão responsável pela gestão do conhecimento, em produzir e sistematizar as informações através de estudos e análises científicas. Seu desempenho possibilita descobrir a melhor forma de encarar os problemas de segurança pública do município.

O objetivo do Observatório de Segurança Pública é trabalhar a informação de modo que ela se torne a principal ferramenta, para planejar as ações policiais no GGIM e viabilizar um sistema de inteligência, que auxiliará na tomada de decisões, tanto à constituição de diagnósticos quanto à identificação de demandas locais.

Destaca-se na cartilha do Ministério da Justiça que:

O conhecimento produzido pelo Observatório é resultado do intercâmbio de informações, experiências e práticas que extrapolam os sistemas tradicionais de informações policiais e agregam outros canais de informações, tais como a integração com instituições de ensino e centro de pesquisas.

A participação dessas instituições de ensino e centros de pesquisas é colaborativa, com a finalidade de oferecer a *expertise* acadêmica para acompanhar o desenvolvimento de estudos e pesquisas. Essa parceria possibilita capacitar os operadores de segurança pública para a formulação, uso dos resultados, gestão, monitoramento e avaliação dos projetos desenvolvidos (p.18).

Em virtude do exposto, salienta-se a importância destes estudos, pois, eles possibilitam um diagnóstico que contemple a realidade local, de cada comunidade, identificando o perfil das violências e os fenômenos relacionados ao crime local e verificar a percepção dos munícipes em relação a segurança pública e contribui na tomada de decisão de quais ações a serem implantadas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo teve como objetivo geral verificar até que ponto o Observatório de Segurança Pública fornece suporte analítico para a tomada de decisão nas ações de segurança pública no município de Canoas – RS. Quanto aos procedimentos de coleta de dados é definido como estudo de caso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois a análise tem por base conhecimentos teóricos empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade. O levantamento dos dados foi realizado na Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas, com enfoque no Observatório de Segurança Pública, como uma ferramenta de gestão. Quanto às técnicas de análise de dados coletados utilizou-se a análise documental, de conteúdo (entrevistas).

2.1 TIPO DE ESTUDO

Como forma de atingir os objetivos, utilizou-se o método estudo de caso que é uma forma de pesquisa que aborda com profundidade, procurando conhecer em profundidade a realidade de uma pessoa, de um grupo de pessoas, de uma ou mais organizações, uma política econômica, um programa de governo, um tipo de serviço público, entre outros.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados; baseia-se em várias fontes de evidências; e, como outro resultado; e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados (YIN, 2001, p. 32-33).

Essa pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, pois teve o “ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave: os estudos qualitativos têm como preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural” (ZANELLA, 2009 p.75).

2.2 COLETA DE DADOS

Em conformidade com Lakatos e Marconi (1992), a coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, com o intuito de se efetuar a coleta dos dados previstos. Dessa forma, é a etapa na qual o pesquisador realiza a coleta dos dados e, conseqüentemente, registra, analisa e interpreta de maneira minuciosa os resultados para que seja evitado o desperdício de tempo e haja facilidade na continuação do trabalho.

A pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados duas entrevistas, cujo público-alvo constituiu-se de um Coordenador do Observatório de Segurança Pública e um Gestor de Segurança Pública Municipal, sendo estes responsáveis pelo planejamento das ações de segurança pública do município de Canoas.

A pesquisa das fontes secundárias realizou-se através da análise documental e por meio da coleta de informações específicas para alcançar os objetivos propostos. Os dados primários foram coletados pela pesquisadora na Secretaria de Segurança Pública e Cidadania de Canoas.

Como fontes secundárias, foram utilizados livros, revistas, artigos, internet e documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania de Canoas.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

Análise dos dados coletados é a organização das ideias de forma sistematizada esclarecendo o problema proposto, visando atender aos objetivos da pesquisa, analisar dados com o propósito de confirmar ou rejeitar as hipóteses ou os pressupostos da pesquisa. Nesta pesquisa utilizaram-se os procedimentos de análise documental associada à análise de conteúdo das entrevistas, técnicas que se complementaram em relação ao objetivo de pesquisa proposto.

2.3.1 Análise documental

A análise documental tem o documento como objeto de investigação. Os documentos são registros escritos ou não, que proporcionam informações para a compreensão dos objetivos propostos pela pesquisa, pois se constituem em trabalhos já realizados, inclusive pela Secretaria de Segurança e Cidadania, através do GGIM e do Observatório de Segurança Pública.

2.3.2 Análise de conteúdo

O responsável pela pesquisa que trabalha seus dados a partir da perspectiva da análise de conteúdo está sempre procurando um significado oculto atrás de um texto, uma explicação que não está aparente já na primeira leitura e que precisa de uma metodologia para ser revelado. De acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Para uma aplicabilidade coesa do método, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, a análise de conteúdo teve como ponto de partida as entrevistas aos servidores da Secretaria de Segurança e Cidadania de Canoas. Neste momento esclareceram-se os significados e interpretou-se o conteúdo das respostas obtidas pelas entrevistas. Essa análise demonstrou de maneira clara que os municípios precisam implementar Observatório de Segurança Pública, para a qualificação do planejamento das ações de prevenção.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo será apresentado um estudo de caso do Observatório de Canoas, com a finalidade de atingir os objetivos propostos. A pesquisa teve como foco principal verificar até que ponto o Observatório de Segurança Pública fornece suporte analítico para a tomada de decisão nas ações de segurança pública no município de Canoas – RS.

A pesquisa foi estruturada nas seguintes etapas: análise bibliográfica e documental, entrevista com servidores da Secretaria de Segurança e Cidadania de Canoas, sendo um entrevistado que atua no Observatório de Segurança Pública e outra no Gabinete de Gestão Integrada Municipal, órgão articulador das políticas de segurança do município.

3.1 OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CANOAS – RS

No município de Canoas, o Observatório de Segurança Pública foi implantado inicialmente com recursos captados do Governo Federal, através do Ministério da Justiça, em que havia recurso destinado pelo PRONASCI com valor de contrapartida do município. Foi instituído um Centro de Pesquisa Social Aplicada à Segurança Pública.

O município justificou a criação, estruturação e implementação do Observatório de Segurança Pública, objetivando produzir e analisar dados relativos à caracterização da natureza, do número de ocorrências por regiões e da distribuição espacial das violências e dos crimes incidentes na cidade.

A seguir temos a figura 02, que representa o desenho institucional da política municipal de Segurança Pública de Canoas.

Figura 2 – Desenho Institucional



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Canoas

Em seguida, foi institucionalizado e tornou-se uma política pública, através da Lei Municipal n.º 5.386, de 19 de maio de 2009, objetivando a qualificação e aperfeiçoamento da gestão de segurança pública, através das atividades desenvolvidas pelo GGI-M e também oportunizar novas possibilidades de abordar e intervir na gestão de políticas públicas de segurança, com foco na prevenção das violências.

No art. 16 da Lei Municipal nº. 5.386/2009 está descrito as finalidades do GGIM:

Art. 16 São finalidades do Gabinete de Gestão Integrada Municipal:

- I – elaborar estratégias de ação para a redução da violência e criminalidade, conforme prioridades apontadas pelo Conselho Municipal;
- II – padronizar os procedimentos administrativos e operacionais tendo em vista a maior eficiência da integração entre os diversos organismos de fiscalização;
- III – editar instruções referentes à divisão das tarefas de fiscalização entre os vários organismos de policiamento administrativo municipal;
- IV – contribuir para a reformulação e criação de projetos de leis e decretos municipais pertinentes aos assuntos de fiscalização de posturas, analisando de forma integrada, em especial quanto ao Código de Posturas, o Código de Obras e o Plano Diretor do Município.

V - gerenciar os indicadores de criminalidade do âmbito municipal; (Redação acrescida pela Lei nº 5801/2013)

VI - fiscalizar e monitorar as ações nas Áreas Integradas de Segurança Pública. (Redação acrescida pela Lei nº 5801/2013)

Parágrafo Único - As Áreas Integradas de Segurança Pública serão instituídas por Decreto do Poder Executivo (Redação acrescida pela Lei nº 5801/2013).

Para atender as finalidades previstas na Lei Municipal, o Observatório de Segurança Pública foi estruturado inicialmente com uma equipe de sete profissionais com formação adequada para a realização das atividades, entre eles, dois geógrafos, que realizaram mapa cartográfico da cidade de Canoas. Foram mapeadas todas as ruas na internet, que é utilizado até hoje, trabalho que nem o Instituto Canoas XXI³ havia realizado.

Atualmente conta com uma equipe multidisciplinar reduzida, para produzir estudos e diagnósticos, composta por três cientistas sociais e um geógrafo, sendo que um cientista tem doutorado em Antropologia, com um perfil aplicado à prática e às ferramentas de inteligência (como os softwares de gestão e as inovadoras técnicas de pesquisa), atualmente os profissionais não são servidores do quadro do município de sim contratados pela Fundação La Salle que é contratada para fornecer estes serviços.

O entrevistado “A” relatou que houve por um período de 18 meses a participação de uma servidora do quadro, desenvolvendo as atividades do Observatório, “que foi muito bom”, mas esta servidora foi promovida e saiu do Observatório.

Destacou ainda, que sempre houve interesse do prefeito em manter o funcionamento do Observatório. Sempre que possível o município, através da Diretoria de Projetos buscou recurso junto ao governo federal. Mas sempre que terminava um convênio, até outro ser firmado, eram mantidos os trabalhos com recurso do município e que atualmente é mantido com recuso local. Salientou a

³ Criado pela Lei Mun. nº 5.365 de 08 de janeiro de 2009, seus 04 temas principais são: Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Ocupação do Solo, Planejamento Urbano, Desenvolvimento Econômico e Social. Sua principal Missão é de melhorar a qualidade de vida da população, promovendo o planejamento estratégico das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sócio econômico do município e o seu ordenamento territorial. Tem como uma das principais atribuições: desenvolver, implementar e gerenciar ferramentas de suporte à decisão político-administrativa, nas diversas áreas concernentes à gestão urbana do município de Canoas. Disponível em: <<http://www.canoas.rs.gov.br/site/departamento/index/id/25>>

importância do Plano Municipal, e relatou que foi escrito um projeto pela Diretoria de projetos e Diretoria Administrativa da Secretaria para captar recurso para a realização do Plano Municipal de segurança Pública, efetivamente ocorreu em 2013 e encerrou em 2014.

De acordo com a Chiorri Informática Ltda, empresa de consultoria que forneceu equipamentos gerenciadores dos serviços do Observatório de Segurança Pública de Canoas, destaca que:

O Observatório foi concebido para atuar como uma ferramenta estratégica do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, realizando periodicamente diagnósticos e estudos locais para subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos. Cumpre uma missão fundamental na gestão do conhecimento da política municipal de segurança pública de Canoas, já que é voltado à formulação, à execução e à avaliação das políticas públicas de segurança desenvolvidas na cidade⁴.

Com o propósito de garantir a sustentabilidade do projeto, o município consolidou uma parceria com a Fundação La Salle, e uma Universidade do município, a Unilasalle, a fim de constituir um grupo de pesquisa acadêmico. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública destacou-se no papel que desempenhou no I Colóquio sobre Gestão do Conhecimento da Segurança Pública de Canoas, por esta razão, firmou-se uma nova parceria – de cooperação técnica – entre este e o Observatório de Segurança Pública de Canoas.

O Observatório de Segurança Pública de Canoas é considerado um centro de pesquisa social aplicada e está estruturado na Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas.

Deste o início das atividades sua diretriz principal é analisar e construir dados e indicadores capazes de embasar as políticas públicas de segurança construídas no município, através de informações aprofundadas dos agenciamentos, natureza e incidência das violências e dos eventos não criminais.

O Observatório na sua implantação era formado, em um tripé, entre a Prefeitura Municipal de Canoas, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Grupo de Pesquisa e Violência e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Observatório básico de Canoas cumpre com uma missão fundamental na gestão do conhecimento da política municipal de segurança pública, voltado a

⁴ CHIORRI CONSULTORIA. Disponível em: <[HTTP://www.chiorri.com.br/cases/observatorio-de-seguranca-de-canoas.html](http://www.chiorri.com.br/cases/observatorio-de-seguranca-de-canoas.html)>. Acesso em 31 de março de 2015.

qualificar a formulação, a execução e especialmente a avaliação das políticas públicas de segurança desenvolvidas no município.

Sua criação está pautada em consonância com a Lei Municipal nº. 5.386 de 19 de maio de 2009.

Art.22. Fica criado, no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, o Observatório de Segurança Pública, o qual terá as seguintes atribuições e competências:

I – gerir o Sistema Integrado de Informação sobre Violência e Criminalidade (SIIVIC);

II – elaborar relatórios e mapas mensais sobre a situação da violência e criminalidade no Município e encaminhá-los para todos os gestores públicos do Município, todos os membros do Conselho Municipal de Segurança Pública e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal. (Fundamento e Operacionalidade) p.11

O Observatório de Segurança Pública de Canoas tem como procedimento divulgar os relatórios e mapas na internet, através do sítio eletrônico do município.

A gestão do conhecimento, através do Observatório, é de responsabilidade do poder Executivo que deverá prover os meios e os recursos humanos necessários para o funcionamento adequado do Observatório de Segurança Pública.

De acordo com a estruturação local o Observatório de Segurança Pública de Canoas,

Competirá ao Assessor de Gestão Municipal I, vinculado à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania, a assessoria técnica na área de tecnologia da informação ao Observatório de Segurança Pública. Constituição de Conselho de Avaliação Externa do Observatório de Segurança Pública, que terá por objetivo avaliar a implementação das políticas de segurança desenvolvidas no Município, a partir dos dados elaborados pelo Observatório, emitindo relatório próprio. O Conselho de Avaliação Externa reunir-se-á semestralmente. Eventuais custos de deslocamento e hospedagem dos conselheiros serão arcados pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania. O Conselho de Avaliação Externa será coordenado pelo presidente do Órgão Pleno do Conselho Municipal e pelo Secretário Municipal de Segurança Pública e Cidadania. Os conselheiros poderão solicitar dados ou elaboração de mapas temáticos ao Observatório de Segurança Pública e elaborar estudos a qualquer tempo.

O Conselho de Avaliação Externa do Observatório de Segurança Pública será formado por até 10 (dez) pessoas com notório saber científico na área de segurança pública, conforme indicação pelo Conselho Municipal de Segurança Pública. (P. 14 e 15).

Diante do exposto, pode-se observar que a responsabilidade é dividida, pois o Assessor de Gestão Municipal I é responsável pela assessoria técnica da área de tecnologia da informação ao Observatório de Segurança Pública e o Conselho de Avaliação externa de avaliar as políticas de segurança implementadas pelo

município. Conselho formado por pessoas com notório saber na área de segurança pública.

Os dados são divulgados de forma genérica para a sociedade, visto que há uma grande produção de informações, com o uso de novas tecnologias. Cabe aos profissionais da área fazerem uso destas informações e avaliar a qualidade dos registros e das condições de sua produção. Sobre este assunto, Lima (2008), destaca:

A análise das estatísticas criminais brasileiras revela que dados existem e fazem parte da história do sistema de justiça criminal do país, mas que eles não se transformam, mesmo após a redemocratização, em informações e conhecimento. O aumento da quantidade de dados produzidos, advindo da modernização tecnológica do estado, provoca, por sua vez, a opacidade do excesso de exposição e permite que discursos de transparência sejam assumidos, mas não provoquem mudanças nas regras e práticas de governo. p. 69.

Ressalta-se nesta pesquisa, conforme relatado por Lima (2008), há que se ter o cuidado na análise dos dados disponíveis, pois, os dados por si só não resolvem a problemática da sociedade. Eles necessitam ser utilizados para o planejamento de ações que possam minimizar a demanda das comunidades.

Pazinato da Cunha (2013) destaca:

Mesmo diante dessas complexidades metodológicas e políticas, faz-se imprescindível a utilização de métodos e técnicas de análise que possibilitem, por exemplo, cotejar as ocorrências criminais com os recursos institucionais (equipamentos e serviços públicos disponíveis), com as características do espaço urbano e de sua população, e, sobretudo, com os demais indicadores de outras políticas públicas. Com a institucionalização do Observatório de Segurança Pública de Canoas, espera-se aperfeiçoar não somente a gestão da segurança pública, como também dar ensejo a novas possibilidades de abordagem e intervenção na gestão das políticas públicas de segurança, mais focadas na prevenção das violências, alternativas aos tradicionais processos de criminalização dos mecanismos de controle social formal. p. 82.

Partindo da análise de Pazinato (2013), há necessidade de utilização de técnicas, métodos e equipamentos adequados para diagnosticar a problemática local e planejar políticas públicas de prevenção.

Neste raciocínio os GGIMs desenvolvem ações integradas entre as Polícias, Civil e Militar, a Guarda Municipal, entre outras (PRF, PRE), organizando a força-tarefa, missões especiais e quando necessário é instalado Gabinetes de Gestão de Crise, objetivando viabilizar uma maior articulação, coordenação e integração das

políticas de segurança pública (de ordem policial) com as demais políticas públicas desenvolvidas nesta municipalidade.

Para Pazinato (2013), apud, Soares (2009) o GGI pode contribuir para romper a lógica da “gestão pública por espasmos”, redefinindo o padrão organizacional das corporações de segurança pública e justiça criminal, ou seja, o GGIM trabalha como um órgão articulador, não medindo esforços para integrar as instituições de segurança pública, para que estas trabalhem integradas de forma qualificada, aumentando a força e potencializando as ações.

Pazinato da Cunha, Kerber e Dal Santo⁵, (2013), ressaltam:

Ocorre que, não raro, as políticas públicas são planejadas sem diagnósticos prévios, efetivando-se motivadas por questões e problemas sociais emergentes. No momento da elaboração de ferramentas de gestão do conhecimento das políticas públicas de segurança dificilmente se torna possível dimensionar e planejar todos os seus usos e suas potencialidades. Esses instrumentos de monitoramento e avaliação, por consequência, aparecem no processo somente depois da tomada de decisão pelos gestores públicos sobre os moldes da política a ser adotada. (PAZINATO DA CUNHA, KERBER e DAL SANTO, 2013, P.81).

Partindo do exposto pelos autores, pode-se observar que muitas vezes, as políticas públicas são planejadas de acordo com a necessidade emergente, pelo clamor da sociedade e os diagnósticos são deixados de lado. Mas são utilizados no monitoramento das ações.

Destacam ainda que,

Por essa razão, o Observatório de Canoas, através da realização de estudos e pesquisas de fontes primárias e secundárias, vem buscando sensibilizar os gestores públicos municipais, estaduais e federais que participam do GGI-M acerca da relevância, político-institucional, da sistematização e análise dos dados, informações e conhecimentos produzidos pelas instituições de segurança pública e justiça criminal e mesmo das instâncias de participação popular.

A principal dificuldade enfrentada pelos gestores da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania (SMSPC), quando da sua concepção, e, posteriormente, pela equipe multiprofissional contratada para sua execução, relacionava-se com a ausência de uma metodologia clara de operacionalização e funcionamento do Observatório que, ao mesmo tempo,

⁵ Eduardo Pazinato é Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc) e diretor de inovação do Instituto Fidedigna em Porto Alegre, RS, Brasil <eduardo.pazinato@ifidedigna.com.br>. Aline Kerber tem especialização em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e é diretora de pesquisa do Instituto Fidedigna <aline.kerber@ifidedigna.com.br>. Rafael Dal Santo é mestrando em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), membro dos grupos de pesquisa Política Pública e Administração da Justiça Penal (Pucrs) e Violência e Cidadania (Ufrgs) em Porto Alegre, RS, Brasil <rafaeldal@gmail.com>.

contemplasse as peculiaridades das realidades locais e possibilitasse o trabalho em rede para a comparabilidade das pesquisas produzidas no campo da segurança pública. (PAZINATO DA CUNHA, KERBER e DAL SANTO, 2013, P.81).

Diante do relato, observa-se o apontamento como problema, a falta de padronização nos procedimentos de coleta de dados, à subnotificação, e também “a influência de fatores operacionais e políticos”, dificultando o trabalho daqueles que analisam as estatísticas criminais.

Quando solicitado para o entrevistado descrever o Observatório, focando no objetivo da existência do Observatório de Segurança Pública, o respondente “A” disse “que a razão de ser o Observatório é fortalecer a capacidade do município em planejar políticas públicas de segurança, tudo o que é feito é para garantir que o secretário municipal, o GGIM tenha um diagnóstico atualizado, fiel e caracterize alguma realidade empírica com informação criada criteriosamente, que vai municiar tanto o GGIM, o Secretário de Segurança, a Gestão Municipal como um todo, a tomar as decisões com base nessas informações”.

Sendo assim, o respondente “A” entende que “está cumprindo com o objetivo que é de fortalecer a capacidade do município em intervir na segurança pública”. Ressaltou que estão em um momento de reavaliar a atuação dos projetos, que “em 2009 começaram com um modelo “x” e hoje se pensa em um modelo “Y””, objetivando a redução dos índices de homicídios, aponta que a mudança será baseada em diagnósticos. Destacou em sua fala, “fale-se muito hoje em trabalhar com a prevenção terciária, que é trabalhar com egressos do sistema prisional”, salienta que em Canoas, pela análise feita, com os dados que possui com todas as mortes violentas ocorridas na cidade de janeiro/14 a março de 2015, descobriu que 54% das vítimas de mortes, eram egressos do sistema prisional.

O respondente destaca que “baseado nesta pesquisa justifica-se a necessidade de planejar projetos ou que se orientem ações voltadas para manter os egressos vivos, incluídos na sociedade. Este é um diagnóstico novo, que será repassado à secretaria de segurança que fará a gestão deste dado, que apoiará na tomada de decisão, que possivelmente desencadeará um processo, a partir da informação que o Observatório construiu fazendo pesquisa, e não por opinião de ninguém. Havia como hipótese que seria em torno de 20% a 30%, mas o resultado

foi 54%. Do total das vítimas egressas do sistema prisional, 77% deles morreram em até 2 anos e a média de tempo de vida é de 7,5 meses da saída do sistema prisional até a morte”.

Diante do exposto pelo entrevistado, é imprescindível se pensar quais ações encaminhar, quais projetos desenhar conceitualmente e operacionalmente para pôr em prática alguma ação municipal. O Observatório mantém atualizado os diagnósticos com as estatísticas criminais e não criminais. Salientou que “desde o início das atividades é realizado a coleta de três indicadores, que são: roubo de veículos, furtos de veículos e homicídios. Homicídios o Observatório amplia metodologicamente para mortes violentas por causas externas intencionais, para que se tenha sempre um quadro claro da violência letal no município, se trabalha com homicídio, latrocínio e encontro de cadáver com sinais de execução, morte em confronto com a polícia. Evidencia-se na série histórica que o latrocínio não é a principal causa de mortes em Canoas”.

A partir deste levantamento, é apresentado ao GGIM, órgão deliberativo articulador que realiza o planejamento das ações.

Segundo a respondente “B”, “a ideia é planejar sempre apoiado no diagnóstico apresentado e não de experiências vivenciadas pelos profissionais de segurança pública. Na apresentação do diagnóstico, o responsável pelo Observatório apresenta a metodologia que foi utilizada para a coleta de dados, no esforço de que o método científico da pesquisa acadêmica ou pesquisa social aplicada é explicado a metodologia, porque a princípio se repetirem os mesmos passos, se chegará nos mesmos resultados”.

O entrevistado “A” coloca que a gestão da informação é trabalhada para avaliar e monitor as políticas públicas, observando se há mudança no cenário, caso ocorra o contexto muda, sempre que necessário, realizam correções. “Exemplificando, os projetos a partir de 2009, partiram de um diagnóstico da realidade daquele momento, hoje já é outra. Na época se desenhou uma política pública de segurança baseada na inclusão, na inteligência e na integração. A inclusão com os projetos sociais, a inteligência, com as câmeras, com o Observatório e a integração via GGIM, tendo como marco conceitual, os 3 “i’s”. Com base no sistema de inteligência e nos mapas que o Observatório produz, é possível

mudar locais de câmeras, e via inclusão, readequar algum marco conceitual dos projetos”.

Conforme relato do entrevistado “A”, “os dados chegam ao Observatório, por coleta realizada no banco de dados da polícia civil e da brigada militar, mesmo sendo raro no Brasil, se tem esta integração em Canoas”. Existe um convênio entre o estado e o município, para haver esta disponibilização. Muitas ocorrências são falhas, algumas são duplicadas, outras não atualizadas, muitas subnotificações. “É um esforço trabalhar com as ocorrências, pela falta de informações”. O convênio prevê uma senha de acesso às consultas integradas, em que os técnicos do Observatório têm acesso. Estes deslocam-se até a secretaria estadual, no departamento de geografia e estatística do estado e fazem a pesquisa. “Essa pesquisa é muito manual, porque o sistema de consultas integradas é antigo e quando ele foi pensado, não foi planejado em caráter de gestão, era mais como receptor de dados”. Conforme o entrevistado “A”, “O sistema não contempla um espaço para que se possa selecionar e ver os crimes por perfis (homens, mulheres, idade, etc) não existe esta função como opção quando o software não é de gestão”. Destacou que “estes softwares de gestão são mais recentes”. Sendo assim, é construído um banco de dados, copiando todas as informações (data, hora, local do fato, tipo). Enfim cada informação é copiada e incluída no software de gestão, para serem trabalhadas e analisadas. Os dados são coletados de acordo com a estrutura do Observatório. A coleta normalmente ocorre por quinzena. Ressaltou que há além do convênio com o Estado uma parceria com o sistema de inteligência do Estado.

O respondente “A” salientou que o Estado não tem condições de fornecer os dados mensais, apenas por trimestre e que são coletados pelo Observatório em todas as delegacias do município. “É realizado o georeferenciamento de 95% das ocorrências, além do local, outras informações da ocorrência como perfil da vítima, quem era, idade, etnia, onde morava, onde morreu, bairro de residência, bairro da ocorrência, se tinha antecedentes criminais, que antecedentes, foi-se afinando os dados, e cercando este ponto georeferenciado de informações, que é sempre um trabalho relacional, na medida em que a gestão vai demandando. Foi diagnosticado que o perfil das vítimas se assemelha com o perfil dos autores. A maioria das vítimas e autores são moradores de Canoas, residentes em bairros mais periféricos e são

adultos jovens, ambos possuem antecedentes criminais. A grande maioria entrou no sistema prisional/carcerário pela prisão em flagrante e não por condenação”.

3.2 CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA À GESTÃO DA SEGURANÇA

A Gestão do Conhecimento é apoiada nas ações do Observatório de Segurança Pública, como instância de suporte do GGIM. A eficiência da integralização das estratégias de prevenção nas diferentes secretarias só tem impacto com o funcionamento eficiente deste Observatório. A questão dos homicídios na cidade, que tem patamares elevados, só poderá ser prevenida e controlada adequadamente, por meio de uma metodologia integrada (com participação efetiva das Polícias) de coleta, sistematização e análise da informação sobre mortes violentas e sobre a dinâmica da criminalidade no município. Nessa direção, o trabalho do Observatório prevê a integração dos diferentes sistemas de informação existentes na gestão municipal, de forma a produzir análises sistemáticas para subsidiar as ações e permitir o seu monitoramento contínuo.

3.3 O DESEMPENHO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA JUNTO AO GGIM DE CANOAS

O Observatório de Segurança Pública recebe as ocorrências de homicídios, através dos Boletins de ocorrência (BOs) fornecidos pela Polícia Civil e de dados fornecidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), da Secretaria Municipal de Saúde, sistematiza e os analisa. O GGIM monitora estas ocorrências desde 2009, discute seus agenciamentos, sua espacialização e define estratégias de controle e redução.

Conforme relatado por Pazinato (2013), os dados coletados geram registros para responder a questões específicas atendidas, “as informações nem sempre coincidem entre si, fato que nos permite complementá-las e melhorar sua qualidade”. Sendo assim, o termo “homicídio” deve ser interpretado de forma mais genérica, considerado crimes violentos com resultado morte.

O termo homicídio é descrito nas tipificações policiais que compõem esse conjunto de crimes, que são encontro de cadáver e latrocínios, principalmente. Esta terminologia foi empregada também, em pesquisa encomendada pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas (ROLIM, 2009).

Para os autores, a utilização desta metodologia traz vantagens e desvantagens para o gestor na definição das políticas públicas de segurança de prevenção às violências e criminalidade, bem como nas ações referentes aos crimes mais violentos contra vida.

A vantagem reside na possibilidade de se compreender os eventos de um modo mais próximo da “realidade”, ou seja, agregando-se eventos inicialmente distintos, que produzem, todavia, reações sociais similares. Por outro lado, a tipificação legal, as motivações e os agenciamentos para a prática desses crimes não são as mesmas. Uma desvantagem significativa é a falta de comparabilidade com outros municípios da região e do país, uma vez que há divergência na metodologia utilizada (Dal Santo; Kerber, 2010).

Ressalta-se, conforme relato dos autores a importância da participação de todos os municípios nesta nova concepção de segurança pública. Pois seria possível realizar estudos comparativos e quiçá, planejar ações integradas por regiões.

Foi realizado também um acompanhamento de outros crimes, estes que geram a sensação de insegurança na população.

O GGI-M de Canoas também passou a acompanhar mensalmente as ocorrências de furto e roubo de veículos, principalmente por se tratarem de crimes que potencializam o sentimento de insegurança da população e por estarem, eventualmente, relacionados a uma ampla rede de atividades criminosas. A principal dificuldade encontrada pelo Observatório para trabalhar essas informações deve-se à qualidade do preenchimento dos BOs, especialmente no campo referente à localização dos eventos, prejudicando, potencialmente, a espacialização, através do georreferenciamento, desses delitos.⁶

⁶ Em estudo realizado para um período de sete meses, não foi possível georreferenciar cerca de um terço dos registros. Mesmo esses crimes possuindo altas taxas de notificação, sua utilidade para o planejamento de ações

Pela experiência na aplicação de estatísticas de crimes, mesmo com poucos dados analisados, o GGIM, observou que é necessário melhorar a qualidade das informações. Melhoria no processo de registro, coleta, análise e a forma de disponibilizar essas informações para os gestores públicos de segurança. Destaca-se a importância de apurar as informações coletadas, renovando os métodos e técnicas de análise.

A qualificação reverte em esforços causados para a melhoria no banco de dados do Observatório, incluindo informações estruturadas sobre, por exemplo, o meio empregado pelos autores e outros elementos que configuram o modo de operação dos delitos registrados.

Para a respondente “B”, os produtos do Observatório contribuem para o planejamento e avaliação do Plantão Integrado de Fiscalização, ação integrada cultivada pelo GGIM de Canoas objetivando a realização de fiscalizações administrativas e policiais, em busca da diminuição da perturbação do sossego e à redução de outros índices de criminalidade. Pode ser citado:

Os locais visitados pelos Plantões Integrados de Fiscalização são definidos a partir da sistematização das reivindicações e das denúncias da cidadania canoense, registradas nas diversas instâncias que conformam o Sistema de Participação Popular Municipal, das informações repassadas pela Coordenadoria de Atendimento ao Cidadão, daquelas fornecidas diretamente pelos órgãos de fiscalização do município, da Sala Integrada de Monitoramento e, ainda, da Brigada Militar, por meio do número 190. Essas informações, estruturadas em um banco de dados, permitem o planejamento das ações, as quais, por sua vez, são registradas em um instrumento próprio, e especializadas, o que possibilita a sistematização e a análise das atividades realizadas pelo Plantão, assim como das ações específicas de cada órgão envolvido nesta atividade (Pazinato (2013) apud, Prandini; Bergonci, 2013).

Em virtude do exposto, pode-se observar a as ações são planejadas apoiadas por um banco de dados estruturado, com informações de vários órgãos que são

integradas fica em muito prejudicada pela qualidade dos registros (Dal Santo, 2011). Dificuldades semelhantes foram encontradas por Musumeci; Conceição (2007).

fundamentais para o aprimoramento da gestão da segurança pública, possibilitando a sistematização e análises das atividades realizadas pelo plantão integrado.

Destarte, a sistematização e as ações especializadas, que ocorrem no local em que há a denúncia do problema, aumentam as chances de obter-se sucesso nas operações integradas, possibilitando uma Gestão de Segurança Pública eficiente e eficaz, e proporcionando resultados positivos em relação ao serviço público prestado, cuja principal finalidade é atender as demandas da sociedade.

Pode-se observar na figura 3 o ciclo de Gestão das Políticas de Segurança Cidadã, do Observatório de Segurança de Canoas – RS.

Figura 3 – Ciclo de Gestão das Políticas de Segurança Cidadã



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Canoas

Quando perguntado ao respondente “A” se considera o Observatório de Segurança Pública como uma ferramenta de gestão para a Segurança Pública, a resposta foi positiva, destacando que o Observatório “Nasceu quase que puramente

para ser uma ferramenta de gestão, porque considero como gestão e gerenciamento de risco também, pois, se mapeia os riscos e se questiona porque destes diagnósticos, fugindo um pouco da área criminal e debater com a secretaria porque deste resultado”. A política de segurança prevê que se faça esforço na repressão qualificada e na prevenção. Então enquanto ferramenta de gestão do GGIM se propõe a fortalecer tanto a repressão qualificada com planejamento e que os projetos de inclusão e prevenção partam de um diagnóstico fiel e não por hipóteses.

Pode-se evidenciar pelos respondentes que grande parte da atuação do GGIM é orientada pelos produtos do Observatório, toda vez que é levado a plenário os produtos do Observatório, há satisfação com os resultados. Como exemplo de ações pode-se citar:

- Os plantões integrados de fiscalização; tem como objetivo intensificar as fiscalizações administrativas por parte do município, visando ao estímulo à convivência cidadã, à diminuição da perturbação do sossego, à redução dos índices de criminalidade e ao aumento da sensação de segurança pública no município;

- As Câmaras Técnicas (CT): que são espaços permanentes de discussão acerca de assuntos relevantes na seara da segurança pública abrangidos pelo GGI. São elas: CT Fiscalização (tem como foco a elaboração e execução de todos os tipos de ações que exigem a intervenção do município no que diz respeito à inspeção, verificação, averiguação e medidas administrativas de Fiscalização Municipal), CT Policial (tem como objetivo a organização e troca de informações visando operações direcionadas e específicas da área policial) e CT Prevenção e Recuperação em demandas de Drogas Ilícitas (tem como objetivo articular, integrar e potencializar serviços existentes, dentre eles o Programa Crack é Possível Vencer, para o tratamento e encaminhamento de usuários de drogas);

- As Câmaras Temáticas (CT): se configuram espaços temporários de escuta popular e de interlocução entre o GGI e a sociedade civil. São elas: CT Eventos (tem como objetivo tratar das medidas de segurança e fiscalizações dos eventos do município), CT Protocolo de Ocupação e demais temas (tem como foco prevenir e coibir a ocupação irregular de áreas no território municipal de Canoas durante feriados prolongados).

A respondente “B”, destaca que o GGIM leva a cabo todas as ações,

baseadas no diagnóstico do Observatório.

Ambos os respondentes apontam o Observatório de Segurança Pública como uma ferramenta de gestão para a segurança pública por nortear o trabalho realizado por todos os órgãos da segurança, por fornecer dados, diagnósticos, informações.

Destacam ainda que a atuação do Observatório é fundamental para que as ações sejam planejadas e realizadas de acordo com o estudo apontado nas pesquisas.

A respondente “B” responsável pelo planejamento das ações e das políticas públicas de segurança ressalta que o Observatório de Segurança Pública fornece suporte analítico para a tomada de decisão nas ações de segurança pública no município, “As decisões são técnicas, tomadas apoiadas pelo diagnóstico do Observatório e que é essencial ter o GGIM e o Observatório estruturado e ressalta ainda a importância do Conselho Municipal de Segurança pública, com a participação da comunidade”.

Pazinato, (2013), destaca:

Os GGIs aparecem, nesse escopo, como uma ferramenta essencial para desfazer essas amarras burocráticas paralisantes e que vão de encontro a atual política nacional de segurança que estabelece as bases para a construção de um “novo paradigma de segurança com cidadania”, centrados na construção de alternativas democráticas e dialógicas para a mediação dos conflitos, buscando superar a lógica tradicionalmente repressiva e reativa do funcionamento das instituições e órgãos que compõem o controle social formal.

Consoante essa política, a experiência do Observatório de Segurança Pública de Canoas aparece como uma expressão do entrelaçamento da pesquisa científica/acadêmica com a pesquisa realizada na e para a própria gestão pública. Esse “tipo” de pesquisa desvela-se como essencial para as decisões dos gestores públicos municipais no âmbito do GGI, especialmente no processo de consolidação das políticas públicas que se pretendem não somente de governo, mas também de estado. p. 89.

O Observatório foi constituído, como um centro de pesquisas aplicadas à gestão do conhecimento, para fortalecer a capacidade do município em planejar políticas públicas de segurança, sendo ele considerado uma ferramenta de gestão, impulsionando as ações e monitorando das ações.

Na pesquisa realizada, foi possível identificar dificuldades em tornar as metodologias e as estatísticas criminais padronizadas, com vistas a ampliar o conhecimento na área da segurança pública, permitindo um mínimo de

comparabilidade regional, por não haver integração em todos os âmbitos de governo.

Pazinato (2013) ressalta também, que:

Na construção do Observatório, inúmeras foram as complexidades, conforme se afirmou de construção das metodologias e das escolhas que se teve que fazer. Acredita-se que a experimentação, a criatividade e a ousadia foram, talvez, o segredo para que se pudesse criar, num “campo em branco”, tantas pesquisas e forjadas as bases de um sistemas de informação na área da segurança pública no plano local. p.90.

Por fim, pelos diagnósticos realizados, tem se a firmeza em planejar ações específicas para estancar o que mais está evidenciado pelas análises. Pode se destacar em especial o número de homicídios de egressos do sistema prisional, para pensar em que ações deverão ser implantadas, a fim de mantê-los vivos e incluí-los novamente na sociedade. Além deste, evidenciou-se o alto índice de roubos e furtos de veículos, causando a sensação de insegurança local.

Cabe salientar que o Observatório de Segurança Pública, pesquisa atualmente e analisa nestes três eixos, homicídios, furtos e roubos de veículos. Como sugestão esta pesquisadora aponta que mais dados de violência e criminalidade podem ser coletados e analisados, para que outras políticas públicas possam ser planejadas.

Destaca-se ainda o relato do respondente “A” que o delegado de furtos e roubos qualificados do município de Canoas, começou a utilizar os mapas do Observatório para fundamentar os inquéritos que eram enviados para o judiciário. Dessa forma confirma-se a importância deste trabalho e a integração existente entre os órgãos responsáveis pela segurança pública. “O que dá efetividade no resultado nos trabalhos de segurança pública é a integração entre os órgãos”.

Foi possível observar nesta pesquisa, que no município de Canoas, os órgãos de segurança pública trabalham de forma integrada, apoiando-se nos diagnósticos realizados pelo Observatório de Segurança Pública e planejando ações conjuntas, de forma a minimizar os problemas encontrados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a definição de novas políticas públicas de segurança, como a implantação do SUSP, a população almeja um futuro melhor no que diz respeito à segurança pública. Esta política prevê melhorias nas ações, com foco maior na prevenção e a qualificação da repressão. Entende-se que essa é a condição para consolidarmos a democratização do sistema político brasileiro e a implantação de uma segurança cidadã, onde as pessoas possam garantir de forma plena, seus direitos humanos, por meio de mecanismos institucionais eficientes e eficazes, capazes de prever, prevenir, planejar, solucionar pacificamente e controlar as ameaças e as violências.

O PRONASCI, instituído pela SENASP, reconhecido por ser um programa de destaque na política de segurança pública, trazendo inovações mudando os paradigmas, referente a segurança pública ao investir em ações de envolvimento da comunidade no combate à criminalidade. Inovou na implementação de diversas ações e potencializou o Sistema Único de Segurança Pública. Este programa inovou nas três esferas de governo, incentivando os municípios e contribuírem com a segurança pública em especial na prevenção.

A implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada constitui uma etapa fundamental no processo da gestão das ações e políticas de segurança pública de forma integrada, objetivando alcançar resultados efetivos sobre o problema da segurança pública no Brasil.

De acordo com a Portaria MJ-SUSP nº 01/2014,

O GGI é um fórum deliberativo e executivo composto por representantes do poder público das diversas esferas e por representantes das diferentes forças com atuação na área da segurança pública, que opera por consenso, em regime de mútua cooperação e sem hierarquia, não cabendo a nenhum de seus integrantes a função de determinar ou decidir qualquer medida, devendo haver respeito às autonomias de cada uma das instituições que o compõem.

Neste trabalho foi analisado como o Observatório de Segurança Pública pode contribuir como uma ferramenta importante para a gestão do conhecimento, fortalecendo a capacidade do GGIM, de seus gestores em tomar as decisões para o

planejamento de ações, baseados nos diagnósticos realizados, através de pesquisas e levantamentos.

A integração dos órgãos de segurança e demais atores envolvidos potencializa as ações realizadas, obtendo resultado com maior eficiência, pois com os responsáveis pelo problema da segurança pública reunidos, atuando de forma integrada, cada um dentro da sua especialidade e vocação, de forma conjunta e coordenada para a solução dos problemas.

Nesta pesquisa, o objetivo geral consistiu em verificar até que ponto o Observatório de Segurança Pública fornece suporte analítico para a tomada de decisão nas ações de segurança pública no município de Canoas – RS.

Pelo referencial teórico apresentado e a análise dos dados pode-se concluir que a hipótese da pesquisa é confirmada, pois o Observatório de Segurança Pública é considerado pelos autores e gestores entrevistados uma ferramenta que auxilia na gestão do conhecimento e traz subsídios fortalecendo a capacidade institucional dos gestores no planejamento de estratégias e ações.

Destaca-se que os entrevistados possivelmente podem ter parcialidade nas respostas, por serem comprometidos com o resultado de seus trabalhos.

De acordo com os resultados observou-se a superação da lógica de ação por espasmos na gestão pública, rompendo paradigmas tradicionais e focando no novo modelo de gestão, em especial do que tratamos, na segurança pública municipal, na qual as informações, os dados, os diagnósticos são imprescindíveis para nortear as políticas públicas municipais e planejar as ações de segurança.

Diante do exposto, e pelas afirmativas dos respondentes da pesquisa, pode-se afirmar que o grande legado a ser deixado pelo Observatório de Segurança Pública é a confiança nos trabalhos realizados e o suporte oferecido na tomada de decisão dos gestores públicos municipais, pela produção, sistematização, análise e divulgação das informações e do conhecimento no campo da segurança pública.

A integração entre os órgãos, proporcionado pelo GGIM inovou no processo de gestão, em que cada órgão público fazia o seu diagnóstico particular sobre o problema e buscava resolver de forma isolada o problema. Esta integração contribuiu, inclusive, para estruturar trabalhos em equipe, incentivando a

participação de todos, para que todos se sintam fazendo parte de um esforço coletivo na busca de soluções no campo da segurança pública.

Cabe destacar que a tarefa de integrar não exige grande empreendimento financeiro, mas sim buscar a sensibilização e o comprometimento dos atores envolvidos responsáveis pela gestão das políticas pública de segurança.

Conclui-se, após analisar os dados coletados e comparando com a revisão da literatura apresentado que se confirma a hipótese desta pesquisa. A contribuição dos municípios na segurança pública é programar GGIM e Observatório de Segurança estruturado para fomentar as políticas de segurança e dar suporte para todos os atores envolvidos nesta área.

Necessário se faz e de forma imprescindível sensibilizar os gestores públicos municipais, para que se sintam comprometidos com as questões de segurança pública, que é notório o anseio da população. Direcionar recursos para que os GGIMs e Observatórios sejam implantados para potencializar a capacidade do ente municipal nas políticas de segurança no âmbito municipal.

Finaliza-se que a segurança pública é condição essencial para que as pessoas possam desenvolver suas atividades e garantir uma melhor qualidade de vida. E para a população que vive em bairros periféricos, conflagrados pelas violências, tenham um tratamento pacífico e merecedor de respeito, fazendo com que todos os cidadãos tenham seus direitos humanos não violados, garantindo a paz e vivência pacífica na sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **A municipalização da segurança pública: Bases teóricas e experiências de implementação do RS.** 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal. Edições 70, LDA, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Segurança Pública – Outros olhares, novas possibilidades** / editado por Aparecida Gonçalves, Ane Teixeira da Cruz; organização de João Trajano Sento-Sé – Brasília: 2009, 176 p.

BRASIL, **Constituição da república Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 27 de jul. 2014.

_____. **Lei Federal nº. 11.530, de 24 de outubro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. **Medida Provisória nº 416, de 23 de Janeiro de 2008.** Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2008/medidaprovisoria-416-23-janeiro-2008-569168-norma-pe.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

_____. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).** Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/seguranca/pronasci>>. Acesso em: 26 de abril de 2015.

BUENO, Antonio da Silveira (Org.). **Dicionário Estudantil da Língua Portuguesa.** São Paulo: FTD, 2007.

CANOAS. **Lei Municipal nº. 5.386, de 19 de maio de 2009.** Cria o Conselho Municipal de Segurança Pública, reestrutura o Gabinete de Gestão Integrada Municipal e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/2009/539/5386/lei-ordinaria-n-5386-2009-cria-o-conselho-municipal-de-seguranca-publica-reestrutura>>

o-gabinete-de-gestao-integrada-municipal-e-da-outras-providencias?q=5.386%2F2009> Acesso em: 27 de abril de 2015.

_____. **Lei Municipal nº 5.801, de 16 de Dezembro de 2013.** Altera a Lei nº 5.386, de 19 de maio de 2009, que cria o Conselho Municipal de Segurança Pública, reestrutura o Gabinete de Gestão Integrada Municipal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/lei-ordinaria/2013/581/5801/lei-ordinaria-n-5801-2013-altera-a-lei-n-5386-de-19-de-maio-de-2009-que-cria-o-conselho-municipal-de-seguranca-publica-reestrutura-o-gabinete-de-gestao-integrada-municipal-e-da-outras-providencias?q=Lei%20n%BA%205801%2F2013> Acesso em 28 de abril de 2015.

CARTILHA. **Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM.** – 2009. Impresso no Brasil – Edição e distribuição. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CSP/cartilha_GGIM.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2015.

CHIORRI CONSULTORIA. Disponível em: <<HTTP://www.chiorri.com.br/cases/observatório-de-segurança-de-canoas.html>>. Acesso em 31 de março de 2015.

COSTA, Ana Paula Mota. Revista Virtual Textos & Contextos, **População em situação de rua.** 2005

DAL SANTO, Rafael; KERBER, Aline de Oliveira. **Estudo dos homicídios em Canoas** (2009). Relatório de pesquisa, 2010. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//estudo_de_homicidios_em_canoas.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

LIMA, Renato Sergio de. **A produção da opacidade:** estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 80, p. 65-69, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a05n80.pdf>>. Acesso em 12 de abr. 2015.

MIRAGLIA, Paula. Segurança pública e violência. *In:* LIMA, Renato Sérgio. PAULA, Liana de (org.). **Segurança Pública e Violência.** São Paulo: Contexto, 2006.

PRANDINI, Janine; BERGONCI, Pâmela. **Reivindicações e denúncias: subsídios para o planejamento do Plantão Integrado de Fiscalização.** Relatório de pesquisa, Canoas, RS, 2011.

PAZINATO DA CUNHA, Eduardo; KERBER, Aline; DAL SANTO, Rafael. **Observatório de Segurança Pública de Canoas: Contribuições à gestão pública municipal da segurança.** 2013. Disponível em < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9942/9688>>. Acesso em 31 de mar de 2015.

RAMOS, Cícero Moteran. **Manual de Gestão de Segurança – Para Empresas, Estatais e Comunidade.** Belo Horizonte: Armazém das Idéias, 2007.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. **Implantação do Sistema Único de Segurança Pública.** Tiragem: 2ª edição - 2007 - 8.000 exemplares. Impresso no Brasil – Edição e distribuição. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_senasp/r_senasp_susp_2007.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2015.

ROLIM, Marcos. **Estudo de perfil de homicídios ocorridos em Canoas, RS.** Relatório de pesquisa, 2009.

SOARES, L. E. **Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública: gênese; implantação; desdobramentos.** In: **Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública: coletânea 2003-2009.** Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009. Disponível em: < <http://www.seguranca.mt.gov.br/UserFiles/File/livro%20GGI%20capa%20verde.pdf>>. Acesso em 31 de março de 2015.

SAMUEL, Luciane Boehm. **O sistema de videomonitoramento em Porto Alegre.** Porto Alegre: CAAPM, 2005.

SANTOS, Antônio Roberto Silva; NASCIMENTO, Elisângela Santana; OLIVEIRA, Fânia Santos de; SANTOS, Gilvan Edson de Souza dos; LACERDA, Vilma Maria Costa. **POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS - Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.** 2008. Disponível em: < www.administradores.com.br/producao-academica/.../download/>. Acesso em 26 de abril de 2015.

TEZA, Marlon Jorge. **A missão da polícia militar no trânsito e o código de trânsito brasileiro.** Porto Alegre: Revista Unidade nº 56, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1998. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/130890210/VERGARA-Sylvia-Constant-Projetos-e-Relatorios-de-Pesquisa-em-Administracao> Acesso em: 27 de julho 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Apostila Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração – PNAP.** Brasília: CAPES, 2009.

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB



Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal – Especialização em Gestão Pública Municipal – Pesquisa: “OS OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAIS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO – ESTUDO DE CASO DE CANOAS-RS”

Orientação: Profa. Dra. Cristina Amélia Carvalho

Tutora: Rosária Lanziotti Moraes

Aluna: Claudete de Souza

Prezado(a),

Você será entrevistado pelo fato de ser o coordenador do Observatório de Segurança Pública de Canoas. Suas respostas ajudarão a compor uma análise de como o Observatório de Segurança pode contribuir como uma ferramenta de gestão para as ações de segurança pública municipal.

Essa pesquisa é orientada pela Profa. Dra. Cristina Amélia Carvalho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e é parte da formação no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal.

Sua contribuição é muito importante para realização deste estudo. O resultado da pesquisa será publicado amplamente, garantindo o anonimato do respondente.

Agradecemos sua atenção!

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB



Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal – Especialização em Gestão Pública Municipal – Pesquisa: “OS OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAIS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO – ESTUDO DE CASO DE CANOAS-RS”

Orientação: Profa. Dra. Cristina Amélia Carvalho

Tutora: Rosária Lanzotti Moraes

Aluna: Claudete de Souza

Prezado(a),

Você será entrevistado pelo fato de ser o Gestor(a) de Segurança Pública de Canoas. Suas respostas ajudarão a compor uma análise de como o Observatório de Segurança pode contribuir como uma ferramenta de gestão para as ações de segurança pública municipal.

Essa pesquisa é orientada pela Profa. Dra. Cristina Amélia Carvalho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e é parte da formação no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal.

Sua contribuição é muito importante para realização deste estudo. O resultado da pesquisa será publicado amplamente, garantindo o anonimato do respondente.

Agradecemos sua atenção!

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

APÊNDICE C: ROTEIRO DA ENTREVISTA 01



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB



Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal – Especialização em Gestão Pública Municipal – Pesquisa: “OS OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAIS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO – ESTUDO DE CASO DE CANOAS-RS”

Orientação: Profa. Dra. Cristina Amélia Carvalho

Tutora: Rosária Lanzotti Moraes

Aluna: Claudete de Souza

Respondente: Coordenador do Observatório de Segurança Pública de Canoas.

Identificação do(a) Entrevistado(a):

Nome:

Formação:

Tempo de Experiência na área de atuação:

Questionário para a entrevista (Observatório de Segurança Pública)

- 1) Descrever o Observatório de Segurança Pública de Canoas.
- 2) Qual o desempenho do Observatório de Segurança Pública para o GGIM de Canoas? Consegue captar os dados de todos os órgãos de segurança pública? Como é sistematizado? Diário? Semanal? Mensal? Como são disponibilizados dos dados (padronizados)?
- 3) Qual é a contribuição do Observatório de Segurança Pública à Gestão da Segurança?
- 4) O (A) Senhor(a) considera o Observatório de Segurança Pública como uma ferramenta de gestão para a Segurança Pública?
- 5) Qual a composição atual do Observatório de Segurança Pública?
- 6) Elencar e descrever os produtos das ações realizadas através do Observatório de Segurança Pública.

- 7) O Observatório de Segurança Pública monitora as ações de Segurança pública do município? Quais?
- 8) Descrever e caracterizar as ações políticas apoiadas pelo Observatório de Segurança Pública.
- 9) Quais as principais dificuldades encontradas pelos gestores de Segurança Pública?
- 10) Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista, não foi abordada nesta entrevista?

APÊNDICE D: ROTEIRO DA ENTREVISTA 02



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB



Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal – Especialização em Gestão Pública Municipal – Pesquisa: “OS OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAIS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO – ESTUDO DE CASO DE CANOAS-RS”

Orientação: Profa. Dra. Cristina Amélia Carvalho

Tutora: Rosaria Lanzotti Moraes

Aluna: Claudete de Souza

Respondente: Gestor de Segurança Pública Municipal/ Secretário-Executivo do GGIM.

Identificação do(a) Entrevistado(a):

Nome:

Formação:

Tempo de Experiência na área de atuação:

Questionário para a entrevista (Gestor de Segurança Pública)

- 1) Qual o desempenho do Observatório de Segurança Pública para o GGIM de Canoas?
- 2) Qual é a contribuição do Observatório de Segurança Pública à Gestão da Segurança?
- 3) O (A) Senhor(a) considera o Observatório de Segurança Pública como uma ferramenta de gestão para a Segurança Pública?
- 4) As estratégias de sua gestão são definidas baseadas no resultado dos produtos do Observatório de Segurança Pública? De que forma?
- 5) Quais as ações políticas que são ou que foram apoiadas pelo Observatório de Segurança Pública? Pode falar sobre cada uma das ações?

- 6) Até que ponto o Observatório de Segurança Pública fornece suporte analítico para a tomada de decisão nas ações de segurança pública no município?
- 7) Quais as principais dificuldades encontradas pelos gestores de Segurança Pública?
- 8) Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista, não foi abordada nesta entrevista?